



Exma. Senhora Ministra, Doutora Alexandra Leitão,

Assumimos para o nosso Congresso que “os municípios não são uma ilha! Fazem parte do todo nacional! E neles deve o governo projetar a sua agenda, mobilizando com elas, todas as suas prioridades! Educação, Desenvolvimento e Sustentabilidade são impensáveis sem contratualização e parceria entre Governo e Autarquias! Só assim o País atingirá a Prosperidade que desejamos - ou seja poder realizar o que queremos porque, como comunidades, precisamos”

A ANAM identifica, assim:

-a necessidade de se criar uma Comissão Permanente da Assembleia Municipal que nos atrevemos a desenhar no anexo que juntamos (na AR existe uma CP e nas AM, nomeadamente neste momento original de pandemia foi visível a sua necessidade)

-a urgência da clarificação da questão das senhas de presença revogando o despacho do então Secretário de Estado, José Junqueiro, datado no tempo e que, salvo melhor opinião, para além de legalidade duvidosa, se aplicado indefinidamente no tempo, é de extrema injustiça levando à marcação de Assembleias Extraordinárias que, na verdade, poderão não o ser

-a densificação e o apoio à criação de meios de apoio e de suporte à atividade da Assembleia Municipal

-a clarificação relativamente ao orçamento da AM no orçamento municipal

-a assunção pelo ROC (revisor oficial de contas), no contrato de prestação de serviços com o Município (revisor oficial de contas) das funções de explicitar junto da AM as linhas fundamentais do Orçamento transformando-se assim, mal comparado, numa UTAO municipal sem encargos ao mesmo tempo que se podem ir estudando linhas de auditoria municipal evitando assim a judicialização da vida autárquica.

Os nossos melhores cumprimentos,

Albino Almeida
Presidente da ANAM

Porto, 09.09.2020